

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do 2º Semestre de 2010 do Banco IBM S.A., acompanhadas das Notas Explicativas com o parecer emitido pelos Auditores Independentes com objetivo de atender às normas do Banco Central do Brasil. **1 - Atividades:** A principal estratégia e missão do Banco IBM S.A. é financiar equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil, bem como produtos de TI não IBM. Novas modalidades de negócios vem sendo realizadas desde o 2º semestre de 2006 como aplicação de DI e empréstimos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. **2 - Cenário Econômico:** É esperado ainda um crescimento econômico nos

próximos trimestres, mesmo com o cenário atual. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou inflação no período de 2,71%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acumulou inflação de 5,41% no segundo semestre de 2010. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de dezembro de 2010, o Banco IBM S.A. apresentou um patrimônio líquido de 246 milhões de reais, obtendo, no 2º semestre, em seu portfólio novos contratos aceitos no montante de aproximadamente 542 milhões de reais. O valor presente do montante a receber de arrendamentos e operações de crédito totalizam 1.676 milhões de reais no final do semestre. Rio de Janeiro, 21 de março de 2011.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	2010		2009		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2010		2009	
		2010	2009	2010	2009			2010	2009		
CIRCULANTE											
Disponibilidades		10.166	5.820			CIRCULANTE					
Aplicações interfinanceiras de liquidez						Depósitos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	63.074	11.173			Depósitos a vista		231	143		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - carteira própria						Depósitos a prazo	11(a)	659.939	455.955		
Quotas de fundos de investimento	4		2.684			Obrigações por empréstimos - no exterior	12	278.057	410.540		
Relações interfinanceiras						Outras obrigações					
Repasse Interfinanceiros		59.759				Valores a pagar à sociedade controladora		172.241	73.233		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(142)				Fiscais e previdenciárias - imposto de renda, contribuição social, ISS, PIS e Cofins		45.683	34.707		
		59.617				Diversas		27.678	9.911		
Operações de crédito							13	245.602	117.851		
Empréstimos e títulos descontados - setor privado		40.587	132.787					1.183.829	984.489		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(246)	(299)			NÃO CIRCULANTE					
		40.341	132.488			Exigível a longo prazo					
Operações de arrendamento mercantil						Depósitos a prazo	11(a)	327.773	115.072		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público		42.025	36.776			Obrigações por empréstimos - no exterior	12	257.132	462.341		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		729.071	698.747			Outras obrigações					
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(764.049)	(726.303)			Fiscais e previdenciárias - imposto de renda e contribuição social diferidos		128.785	170.961		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(7.848)	(5.627)			Provisão para riscos fiscais		48.232	41.728		
Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários	7	178.250	84.844			Diversas		37.101	28.521		
		177.449	88.437				13	214.118	241.210		
Outros créditos - diversos								799.023	818.623		
Imposto de renda e contribuição social a compensar		42.805	26.170			PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Devedores diversos	10	3.079	895			Capital social - de domiciliados no país		198.665	138.728		
		45.884	27.065			Reservas de lucros		47.431	85.008		
Outros valores e bens							14	246.096	223.736		
		66	1.853			Total do passivo e patrimônio líquido		2.228.948	2.026.848		
		396.597	269.520								
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo											
Aplicações interfinanceiras de liquidez - depósitos interfinanceiros	3	164.804	11.172								
Relações Interfinanceiras											
Repasse interfinanceiros	5	93.203									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(42)									
Operações de crédito											
Empréstimos e títulos descontados - setor privado	6	78.900	250.222								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(589)	(565)								
Operações de arrendamento mercantil											
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público	7	34.848	34.322								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		604.571	652.123								
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(639.419)	(686.445)								
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(6.508)	(5.251)								
		329.768	255.578								
Outros créditos - diversos											
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social		36.673	55.819								
Devedores por depósitos em garantia	10	57.433	53.143								
		94.106	108.962								
		423.874	364.540								
PERMANENTE											
Imobilizado de arrendamento	9	1.403.441	1.385.002								
Diferido		5.036	7.786								
		1.408.477	1.392.788								
Total do ativo		2.228.948	2.026.848								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital Subvenções		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			investimentos	Estatutária	Legal			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	109.581		3.220	25.927	21.916			160.644
Aumento de capital (Nota 14)	29.147		(3.220)	(25.927)				
Lucro líquido do exercício						63.092		63.092
Apropriação reservas				59.937	3.155	(63.092)		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	138.728			59.937	25.071			223.736
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	138.728			59.937	25.071			223.736
Aumento de capital (Nota 14)	59.937			(59.937)				
Lucro líquido do exercício						22.360		22.360
Apropriação reservas				21.242	1.118	(22.360)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	198.665			21.242	26.189			246.096
Semestre findo em 31 de dezembro de 2010								
Saldo em 1º de julho de 2010	138.728	59.937		9.594	25.576			233.835
Homologação de aumento de capital (Nota 14)	59.937	(59.937)						
Lucro líquido do semestre						12.261		12.261
Apropriação reservas				11.648	613	(12.261)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	198.665			21.242	26.189			246.096

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009
Receitas da intermediação financeira			
Operações de arrendamento mercantil	408.933	806.214	863.398
Operações de crédito	10.396	30.389	25.492
Resultado de títulos e valores mobiliários	9.057	10.914	5.599
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(87)	(9.788)
	428.386	847.430	884.701
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	41.514	67.288	65.234
Empréstimos, cessões e repasses	21.021	58.993	69.506
Operações de arrendamento mercantil	326.910	651.244	650.320
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.235	4.382	(7.473)
	394.680	781.907	777.587
Resultado bruto da intermediação financeira			
	33.706	65.523	107.114
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	(9.247)	(17.732)	(17.800)
Despesas tributárias	(4.931)	(9.489)	(13.907)
Outras despesas operacionais	(445)	(2.030)	(69.308)
Outras receitas operacionais	5.882	8.047	91.595
	(8.741)	(21.204)	(9.420)
	(1.038)	(686)	1.286
Resultado não operacional			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	23.927	43.633	98.980
Despesa de imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda	(13.799)	(27.492)	(20.352)
Provisão para contribuição social	(8.454)	(16.892)	(12.226)
Ativo fiscal diferido	10.587	23.111	(3.310)
	(11.666)	(21.273)	(35.888)
Lucro líquido do semestre/exercício	12.261	22.360	63.092
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	168.295.345	168.295.345	168.295.345
Lucro líquido por ação do capital social final	0,07	0,13	0,37

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Exercícios findos		
	2º semestre 2010	2010	2009
Atividades operacionais			
Lucro líquido	12.261	22.360	63.092
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	277.687	537.947	586.555
Superveniência de depreciação	49.122	105.440	18.866
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	5.235	4.382	(7.473)
Provisão/(reversão) de imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.506)	(23.030)	6.420
Outros	4.721	19.236	38.934
Lucro líquido ajustado	338.520	666.425	706.394
Variação de ativos e obrigações			
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(127.267)	(205.532)	37.878
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	265	2.684	23.038
Redução em operações de crédito	39.364	110.561	3.539
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(499.645)	(769.637)	(490.768)
Aumento em outros créditos	(27.404)	(23.858)	(3.423)
Redução (aumento) em outros valores e bens	1.873	1.787	(10)
Aumento em outras obrigações	155.295	142.835	83.902
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais	(118.999)	(74.735)	360.550
Atividades de financiamentos			
Aumento (redução) em obrigações por depósitos	315.369	416.773	(285.688)
Redução em obrigações por empréstimos	(195.748)	(337.692)	(83.370)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamentos	119.621	79.081	(369.058)
Redução das disponibilidades	622	4.346	(8.508)
Modificações na posição financeira			
Início do período e exercício	9.544	5.820	14.328
Fim do período e exercício	10.166	10.166	5.820
Aumento/(Redução) das disponibilidades	622	4.346	(8.508)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda., tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, os clientes de sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.) e, conseqüentemente, diversas operações têm a sua co-participação ou intermediação. O banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento sendo os recursos utilizados para tais operações captados substancialmente com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e adminis-

trativa comuns são absorvidos segundo a política do grupo, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. **2. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com base nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na

determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros derivativos, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, impostos diferidos e provisões para riscos fiscais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas trimestralmente. **(a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

(b) Apuração do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. **(d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias a saber: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de "swap", estão registradas em contas de compensação pelo valor de referência. Os diferenciais a pagar e a receber estão registrados em contas patrimoniais. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/01 e estão registrados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são reconhecidos contabilmente de acordo com suas respectivas classificações, como segue: • não destinados a "hedge": em conta de receita ou despesa no resultado; • destinados a "hedge" de risco de mercado: em conta de receita ou despesa no resultado; e • destinados a "hedge" de fluxo de caixa: o ajuste da parcela efetiva do "hedge" em conta específica do patrimônio líquido. **(e) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG):** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - Diversas" até a data de término do contrato. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentam atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de Outras receitas operacionais. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social estão registrados levando-se em conta as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.355/06 Circular BACEN nº 3.171/02, limitados ao saldo das obrigações tributárias diferidas decorrentes da superveniência de depreciação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Medida Provisória nº 449/08, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. **(h) Permanente:** Conforme Resolução CMN nº 3.617/08 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. Os valores residuais dos contratos, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para o ativo diferido e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado do trimestre, se credores; e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificado na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira, operações de arrendamento mercantil. O ajuste líquido de superveniência de depreciação apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 105.440 (2009 - R\$ 18.666). **(i) Ativo Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O Banco não possui ativos intangíveis à data do balanço. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 17). **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Notas 17). **Obrigações legais:** Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integral-

mente nas demonstrações financeiras (Nota 17). **(k) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia). **(l) Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros:** Com base em análise da administração, se o valor da contabilização dos ativos não financeiros do banco, exceto outros valores e bens e crédito tributários, exceder o seu valor recuperável, será reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício. **3. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Emissão	Vencimento final	Contraparte	2010		2009	
			Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
03.09.2007	03.09.2011	Banco Bic	7.054		6.391	6.391
03.12.2007	05.12.2011	Banco Votorantim	5.258		4.782	4.781
06.05.2010	06.05.2014	Banco Itaú	4.433	11.083		
13.08.2010	13.08.2013	Banco Itaú	11.360	34.084		
03.11.2010	03.11.2015	Banco Itaú	7.486	29.943		
20.05.2010	20.05.2014	Banco Fibra	853	2.134		
23.09.2010	23.09.2014	Banco Fibra	1.875	5.617		
10.12.2010	10.12.2014	Banco Fibra	1.109	3.325		
14.06.2010	14.06.2015	Banco do Brasil	9.519	33.316		
14.09.2010	14.09.2015	Banco do Brasil	2.433	9.732		
05.11.2010	05.11.2015	Banco do Brasil	2.185	8.739		
23.06.2010	23.06.2014	Banco Panamericano	3.402	8.506		
13.08.2010	13.08.2014	Banco Safra	3.027	9.081		
30.12.2010	30.12.2014	Banco Safra	2.048	6.149		
23.09.2010	23.09.2014	Banco Sofisa	1.032	3.095		
			63.074	164.804	11.173	11.172

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em quotas de fundo de investimento financeiro. **4. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com contrapartes para administrar as exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) diretamente correlacionados no que se refere às alterações nos seus valores de mercado em relação aos itens que estiverem protegendo tanto no início quanto ao longo da vida dos contratos e (ii) considerados efetivos na redução dos riscos associados às exposições a serem protegidas, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza, a saber: **(i) "Hedge" de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. **(ii) "Hedge" de fluxo de caixa:** A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. O banco participa de operações de "swap" que se destinam a reduzir a exposição de suas captações aos riscos de taxas de juros e de moeda. A administração desses riscos é efetuada através de políticas que definem as estratégias de operação, bem como os controles de acompanhamento e definição dos

(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco:

Atividade econômica	Percentual de provisão Resolução 2682/99	Nível de risco	2010		Provisão para perdas	2009	
			Valor futuro	Valor presente		Valor futuro	Valor presente
Indústria.....		AA	88.166	86.169		50.047	48.400
	0,5%	A	33.838	33.072	(165)	38.453	37.188
	1,0%	B	16.455	16.082	(161)	25.040	24.216
	3,0%	C	8.215	8.029	(241)	952	920
	10,0%	D	10.847	10.601	(1.060)	5.830	5.639
	30,0%	E	127	125	(37)	2.949	2.852
	50,0%	F	998	975	(488)		
	70,0%	G	1.051	1.027	(719)		
100,0%	H	1.002	979	(979)	2.462	2.381	
Comércio.....	0,5%	A	81.622	79.774	(399)	119.995	116.046
	1,0%	B	67.672	66.139	(661)	77.848	75.287
	3,0%	C	1.413	1.381	(41)	7.680	7.428
	10,0%	D	31.768	31.048	(3.105)	428	414
	30,0%	E	1.045	1.021	(306)		
	50,0%	F	273	267	(133)		
Instituições financeiras ...		AA	831.148	812.323		852.678	824.620
	0,5%	A	40.172	39.262	(196)	26.802	25.920
	1,0%	B	545	533	(5)	165	159
	3,0%	C				9.972	9.644
	10,0%	D	4.854	4.744	(474)		
Serviços.....		AA	15.109	14.766		15.431	14.923
	0,5%	A	104.843	102.468	(512)	113.001	109.282
	1,0%	B	50.986	49.831	(498)	57.596	55.701
	3,0%	C	3.947	3.858	(116)	9.699	9.380
	10,0%	D	5.896	5.763	(576)	2.664	2.576
	30,0%	E	7.370	7.203	(2.161)		
	50,0%	F	290	284	(142)	164	159
	100,0%	H	863	844	(844)	2.113	2.044
			1.410.515	1.378.568	(14.019)	1.421.969	1.375.179

(b) Por faixa de vencimento - valor presente:

	Vencidas					A vencer	Total
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias		
2010...	7.119	684	259	430.167	314.952	624.937	1.378.568
2009...	9.251	70	24	390.738	311.238	663.858	1.375.179

(c) Composição do valor presente:

	2010	2009
Arrendamentos a receber e valor residual garantido		
Setor público.....	91.496	71.098
Setor privado.....	1.319.019	1.350.870
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear.....	(1.403.323)	(1.412.497)
Total de bens arrendados.....	2.774.049	2.471.337
Depreciação acumulada.....	(1.692.630)	(1.513.793)
Superveniência de depreciação.....	322.022	427.463
Diferido (perdas em arrendamento a amortizar)	5.036	7.786
Credores por antecipação do valor residual - Nota 13.....	(37.101)	(27.080)
1.378.568		
1.375.179		

(d) Movimentação global da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios:

	2010	2009
Saldo inicial.....	11.742	19.216
Reversão de provisão.....	(6.548)	(8.437)
Constituição de provisão.....	10.930	963
Saldo final.....	16.124	11.742

limites de posição. Contratos de "swap" de taxa de juros são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras pelo diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicados sobre um valor referencial de principal. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não havia posições de "swap" em aberto. **5. Repasses Interfinanceiros:** As operações de repasses interfinanceiros são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes da Resolução 2.770. Até 31 de dezembro de 2009 estas operações estavam sendo classificadas na rubrica de operações de crédito, sendo reclassificadas para a rubrica de repasses interfinanceiros ao longo do 1º semestre de 2010, por orientação do BACEN.

Atividade econômica	Percentual de provisão Resolução 2682/99	Nível de risco	2010		2009	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Instituições		AA	116.257			
Financeiras.....	0,5%	A	36.705	(184)		
Total.....			152.962	(184)		
Circulante.....			59.759	(142)		
Longo prazo.....			93.203	(42)		

6. Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2010, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de empréstimos.

Atividade econômica	Percentual de provisão Resolução 2682/99	Nível de risco	2010		2009	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Serviços.....		AA	10.830	215.223		
	0,5%	A	27.209	(134)	19.267	(96)
	1,0%	B	52.051	(520)	3.826	(38)
Comércio....	0,5%	A	22.859	(114)	29.333	(147)
	1,0%	B	6.718	(67)	1.174	(12)
Instituições Financeiras		AA			44.591	
	0,5%	A			24.934	(125)
	1,0%	B			44.661	(446)
			119.487	(835)	383.009	(864)
Circulante ...			40.587	(246)	132.787	(299)
Longo prazo			78.900	(589)	250.222	(565)

7. Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento e de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada ou pós-fixada, ou de variação cambial e de repactuação periódica das taxas de juros, quando aplicável. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do banco. A Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, introduziu parâmetros para a classificação das operações de crédito e de arrendamento e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os principais são: • As operações de crédito e de arrendamento são classificadas em nove níveis de riscos. • A provisão para operações de crédito e de arrendamentos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser demonstradas como segue:

Atividade econômica	Percentual de provisão Resolução 2682/99	Nível de risco	2010		Provisão para perdas	2009	
			Valor futuro	Valor presente		Valor futuro	Valor presente
Indústria.....		AA	88.166	86.169		50.047	48.400
	0,5%	A	33.838	33.072	(165)	38.453	37.188
	1,0%	B	16.455	16.082	(161)	25.040	24.216
	3,0%	C	8.215	8.029	(241)	952	920
	10,0%	D	10.847	10.601	(1.060)	5.830	5.639
	30,0%	E	127	125	(37)	2.949	2.852
	50,0%	F	998	975	(488)		
	70,0%	G	1.051	1.027	(719)		
100,0%	H	1.002	979	(979)	2.462	2.381	
Comércio.....	0,5%	A	81.622	79.774	(399)	119.995	116.046
	1,0%	B	67.672	66.139	(661)	77.848	75.287
	3,0%	C	1.413	1.381	(41)	7.680	7.428
	10,0%	D	31.768	31.048	(3.105)	428	414
	30,0%	E	1.045	1.021	(306)		
	50,0%	F	273	267	(133)		
Instituições financeiras ...		AA	831.148	812.323		852.678	824.620
	0,5%	A	40.172	39.262	(196)	26.802	25.920
	1,0%	B	545	533	(5)	165	159
	3,0%	C				9.972	9.644
	10,0%	D	4.854	4.744	(474)		
Serviços.....		AA	15.109	14.766		15.431	14.923
	0,5%	A	104.843	102.468	(512)	113.001	109.282
	1,0%	B	50.986	49.831	(498)	57.596	55.701
	3,0%	C	3.947	3.858	(116)	9.699	9.380
	10,0%	D	5.896	5.763	(576)	2.664	2.576
	30,0%	E	7.370				



Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havia inadimplência nas operações ativas vinculadas.

	2010	2009
9. Imobilizado de arrendamento:		
Máquinas e equipamentos	2.440.942	2.168.285
Outros bens de arrendamento	333.107	303.052
Depreciação acumulada	(1.692.630)	(1.513.798)
Superveniência de depreciação	322.022	427.463
	<u>1.403.441</u>	<u>1.385.002</u>

O imobilizado de arrendamento está segurado pelos arrendatários em favor do Banco, conforme estabelecido em cláusula contratual.

	2010		2009	
	Circu-lante	Longo prazo	Circu-lante	Longo prazo
Créditos tributários (i)		36.673		55.819
Depósitos judiciais (Nota 17)		57.433		53.143
Imposto a compensar - antecipações	42.805		26.170	
Devedores diversos	3.079		895	
	<u>45.884</u>	<u>94.106</u>	<u>27.065</u>	<u>108.962</u>

(i) A administração estima a sua realização em linha com os tributos a recolher apresentados sob "Obrigações tributárias diferidas", conforme Notas 2(g) e 13. **11. Depósitos:** (a) **Depósitos a prazo:** O Banco capta recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário para sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.), vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil efetivados com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução nº 2.921/02 do CMN (Nota 8). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI e taxa prefixada.

	2010		2009	
Vencimento final	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
2010			313.706	
2011	397.091		89.356	38.041
2012	73.857	28.342	49.159	73.996
2013	3.293	2.976	3.734	3.035
2014	71.577	129.603		
2015	114.121	166.852		
	<u>659.939</u>	<u>327.773</u>	<u>455.955</u>	<u>115.072</u>

(b) **Depósitos interfinanceiros:** Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o Banco não apresentava captações em depósitos interbancários.

12. Obrigações por empréstimos no exterior: As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 535.189 (2009 - R\$ 872.881), equivalentes a US\$ 314 milhões (2009 - US\$ 501 milhões), incluem captações através de *Floating Rate Notes*, são fonte de recursos para os arrendamentos, sendo parte dessas operações vinculadas as operações ativas conforme Resolução nº 2.921 (Nota 8), têm vencimentos em até cinco anos e juros com "spread" de até 6,3% ao ano e em alguns casos, acrescidos de Libor. Os empréstimos estão compostos da seguinte forma:

	2010		2009	
Empréstimo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
IBM Int.Treasury Serv.Company				
Dólar	41.839	9.353	60.970	103.447
CDI	236.218	247.779	349.570	358.894
	<u>278.057</u>	<u>257.132</u>	<u>410.540</u>	<u>462.341</u>

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

Vencimento	2010	2009
2011		227.170
2012		91.662
2013	115.567	
2014	99.851	104.398
2015	31.116	19.574
2016	10.527	19.537
	<u>257.132</u>	<u>462.341</u>

As despesas com essas operações no exercício de 2010 totalizam R\$ 58.993 (2009 - R\$ 69.506) registrada na rubrica de despesas com empréstimos, cessões e repasses.

	2010		2009	
13. Outras obrigações:	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher Diversas	45.683		34.707	
Fornecedores - partes relacionadas (i)	172.241		73.233	
Obrigações fiscais diferidas (ii)		128.785		170.961
Provisões para riscos fiscais (Nota 17)		46.123		41.728
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)		2.109		1.441
Credores por antecipação de valor residual				
Contratos em aberto		30.850		20.812
Contingente		6.251		6.269
Credores diversos - país (iii)	27.678		9.911	
	<u>245.602</u>	<u>214.118</u>	<u>117.851</u>	<u>241.210</u>

(i) Fornecedores - partes relacionadas referem-se a valores a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento, prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária além de aluguel do espaço físico utilizado. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo o contrato vigente. O total das despesas de prestação de serviços e aluguel registradas no exercício findo em 31 de dezembro

de 2010 montou a R\$ 15.484 (2009 - R\$ 14.372) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de Despesas administrativas. (ii) Obrigações fiscais diferidas decorrem da superveniência de depreciação (nota 9) e foram apuradas conforme descrito na Nota 2(g). (iii) Na conta de Credores diversos país são lançados valores a pagar das operações com fornecedores de empresas não coligadas. **14. Patrimônio líquido:** (a) **Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. (b) **Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2009 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do banco de R\$ 29.147, sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2008 da Reserva Estatutária (R\$ 25.927) e da Reserva de Capital (R\$ 3.220). Esse ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 19 de agosto de 2009. Em 30 de abril de 2010 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do banco de R\$ 59.937 sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2009 da Reserva Estatutária (R\$ 59.937). Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de agosto de 2010. (c) **Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (d) **Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo apresentado na rubrica Lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva. (e) **Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A Administração está propondo aos acionistas, baseado em manifestação destes, a não distribuição de dividendos, para realocação integral dos recursos nas atividades do Banco. **15. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação	43.633	43.633	98.980	98.980
Adição da insuficiência (exclusão da superveniência) de depreciação	105.441	105.441	18.866	18.866
Adição (exclusão) ajuste líquido ao valor de mercado de TVM e derivativos			(994)	(994)
Adição (exclusão da reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.633	3.633	(7.474)	(7.474)
Demais adições (exclusões) temporárias	6.004	6.004	6.504	6.504
Demais adições (exclusões) permanentes		2.167	555	555
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	(47.613)	(48.263)	(34.931)	(34.931)
Base de cálculo	111.098	112.615	81.505	81.505
Alíquota nominal (Alíquota normal - 15% e adicionais - 10%)	25%	15%	25%	15%
Sub-total	27.750	16.892		
Dedução com Incentivo Fiscal	(258)			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>27.492</u>	<u>16.892</u>	<u>20.352</u>	<u>12.226</u>

Diferido

Reversão de obrigação fiscal diferida sobre insuficiência de depreciação (26.360) (15.816) (4.717) (2.829)

Reversão de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e contribuição social 11.905 7.241 8.727 5.240

Recuperação depósito judicial (3.111)

Imposto de renda e contribuição social - diferido (14.455) (8.575) 4.010 (700)

A movimentação dos exercícios referente ao crédito tributário de 2010 e de 2009 e das obrigações tributárias diferidas é assim demonstrada:

	2010		2009	
	Ativo(a)	Passivo	Ativo(a)	Passivo
Saldo inicial	55.819	170.961	69.786	178.507
Constituição (reversão) no exercício	(19.146)	(42.176)	(13.967)	(7.546)
Saldo final	<u>36.673</u>	<u>128.785</u>	<u>55.819</u>	<u>170.961</u>

(a) Em adição ao valor do crédito tributário acima, o banco detém parcela de crédito tributário decorrente de diferenças temporárias, a qual não encontra-se reconhecida contabilmente, considerando-se as atuais expectativas de realização da administração. (b) No exercício o Banco reconheceu na rubrica de despesa com imposto de renda o valor de R\$227 relativo a recebimento de precatório e despesa relacionada a auto de infração no valor de R\$ 146. **16. Gerenciamento de risco:** (a) **Risco de mercado:** A política do banco visa a proteção dos ativos e passivos expostos a varia-

ções de moeda e de taxa de juros, com a utilização de derivativos, sempre que necessário. Existe um acompanhamento diário dessas exposições por meio de metodologia própria, em que são utilizados preços e taxas divulgados no mercado, e há revisões da diretoria responsável referente à metodologia empregada. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não havia posição com derivativos em aberto para proteção de seus ativos da variação cambial. Em cumprimento à Resolução nº 3.464/2007, o Banco torna pública a Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado, cujo relatório poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. (b) **Risco de liquidez:** Eventuais riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. O banco também mantém o montante de recursos próprios (patrimônio líquido) conservadoramente compatível com o volume de suas operações, monitorando assim sua liquidez. (c) **Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco, estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. O Banco, em cumprimento ao disposto no artigo 13, a, da Resolução nº 3.721/2009, torna público que em dezembro de 2009 definiu sua estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito e indicou seu Diretor de Operações como responsável por esta área junto ao UNICAD. (d) **Risco operacional:** O Banco, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, §2º, da Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional, tomou público resumo de sua estrutura de gerenciamento do Risco Operacional. A estrutura engloba políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e plano de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma inicial e final. O inteiro teor da Estruturação de Gerenciamento do Risco Operacional implementada pelo Banco é de acesso público e poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. **17. Contingências:** O Banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, como autor e réu. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (Nota 10) e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias" (Nota 13), respectivamente. O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) ações de concordata e/ou falência e (iii) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

	2010		2009	
Obrigações legais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
PIS	15.937	15.937	11.541	11.541
CSLL	28.468	28.468	28.468	28.468
CIDE (a)	1.718	1.718	1.718	1.718
Outros (b)	11.310		11.416	
	<u>57.433</u>	<u>46.123</u>	<u>53.143</u>	<u>41.727</u>

Cíveis

Outros 2.109 1.441

Total Geral 57.433 48.232 53.143 43.168

(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. (b) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R\$ 10,4 milhões, sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota. A Administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências, além daquelas já divulgadas nas demonstrações financeiras. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se a processos cíveis sobre danos morais e materiais e contingências fiscais e montam a R\$ 5.385. **18. Partes Relacionadas:** O Banco tem como controladora direta a IBM Participações Ltda. que por sua vez tem a IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. como sua controladora direta. O Banco mantém com sua controladora indireta, IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., as seguintes transações: (a) Contratação de prestação de serviços administrativos e aluguel de imóvel (Nota 13). (b) Compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (Nota 13). (c) Captação de recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário (Nota 11). (d) Adicionalmente o banco capta recursos no exterior junto as entidades da IBM (Nota 12). **19. Outras informações:** (a) Outras receitas operacionais no exercício de 2010 incluem valores de receita com "rate by down" (RBD) recebidos da IBM Máquinas no valor de R\$ 7.491 (2009 - R\$ 4.935) e a valores recuperados no ano de 2009 anteriormente baixados no valor de R\$ 2.996. (b) Outras despesas operacionais no exercício de 2010 refere-se a despesas bancárias R\$ 1.536 (2009 - R\$ 1.238). (c) Outras receitas e despesas operacionais no exercício de 2009 incluem, ainda, ganho líquido de variação cambial, decorrente da desvalorização da moeda dólar estadounidense sobre as operações de empréstimos captados no exterior e das operações de crédito no montante de R\$17.300.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Pelegrini Diretor Presidente	Ana Paula Giuntini Zamper Diretora Superintendente	Elaine Chade Miranda Diretor Tesoureiro	Rodrigo Kede de Freitas Lima Diretor Financeiro	Antonio Carlos Rascão Cardoso Diretor	Rossana Uzeda de Azevedo Diretor de Operações
Mozart D'Osso Pereira - Contador - CRC/RJ 068.654/O-4					

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data e do segundo semestre de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar

uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para ressalva:** O Banco registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência/insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(h)). Essas práticas não requerem a classificação das operações nas rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Opinião:** Em nossa opinião, exceto pela falta de reclassificação das operações de arrendamento mencionada no parágrafo acima, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2010 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do exercício findo nessa data e do segundo semestre de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2011
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0